



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

25/07/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Aposentados do INSS vão receber R\$ 1,8 bilhão da Justiça Federal

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 1,8 bilhão para pagar os atrasados de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que venceram ação de concessão ou revisão do benefício contra o instituto.

O montante irá quitar as RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são dívidas judiciais de até 60 salários mínimos (hoje em R\$ 79,2 mil), em 84.091 processos com 109.403 beneficiários. Para receber, o segurado precisa ter ganhado a ação sem que haja possibilidade de recurso, e a ordem de pagamento do juiz deve ter sido emitida em junho.

O valor total liberado pelo CJF em julho chega a R\$ 2,1 bilhões, e inclui, além das dívidas previdenciárias, outras RPVs alimentícias, como diferenças salariais de servidores, por exemplo. Ao todo, serão pagos valores a 185,9 mil beneficiários que venceram 148,7 mil processos.

O dinheiro é liberado ao TRF (Tribunal Regional Federal) responsável pelo processo na região onde o segurado acionou a Justiça contra o INSS. Para saber se vai receber, o aposentado deve fazer a consulta no site do TRF de sua região.

Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, o cidadão pode consultar o site do TRF-3 (Tribunal Regional da 3ª Região): trf3.jus.br. Também é possível acionar o advogado da causa, que irá fazer a conferência para saber se os valores serão liberados neste lote. Segundo o tribunal, os valores já foram repassados e o processamento das informações começou. O procedimento deve ser finalizado no início da próxima semana, com a abertura das contas, atualização do sistema e comunicação aos juízos.

Na consulta, o aposentado deve informar seu CPF ou o número da OAB de seu advogado. O segurado consegue ver o valor que será depositado pela Justiça. Basta ir em um campo onde se lê "Valor inscrito na proposta". Esse montante, no entanto, poderá ter correções conforme a data do pagamento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 25 de julho.

Cesta básica da Reforma Tributária não diferencia rico de pobre, dizem analistas

Prevista na Reforma Tributária aprovada na Câmara dos Deputados, a criação de uma cesta básica nacional com tributação zerada é alvo de críticas de uma parcela dos analistas por sinalizar o mesmo tratamento a ricos e pobres, desonerando os produtos, e não os consumidores com menor renda.

Além disso, a definição dos alimentos que devem entrar ou não na lista é incerta até o momento. A composição da cesta só deve ser fixada posteriormente, por meio de lei complementar, o que é visto como um desafio para as discussões mais à frente.

"Se você estabelece a isenção para carne, por exemplo, aquela que é consumida pelos mais pobres e aquela que é consumida pelos mais ricos não serão tributadas. Isso faz o governo perder muito dinheiro que poderia ser alocado exclusivamente para os mais pobres", diz o pesquisador Leonel Pessôa, do núcleo de estudos fiscais da FGV Direito SP.

"Se a laranja for isenta de imposto, pode surgir outra questão: o suco de laranja também será isento ou não? São situações que ficam em uma zona de limite. Você não sabe se elas se encaixam ou não naquilo que a norma está isentando", diz.

Na versão anterior da reforma, as mercadorias da cesta básica teriam uma tributação equivalente a 50% da alíquota geral a ser aplicada sobre bens e serviços no Brasil —esse percentual também não foi definido ainda.

Para André Parmo Folloni, decano da Escola de Direito da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) e pesquisador na área de tributação, a isenção da cesta básica pode ser interpretada como uma forma "mais simples" de impedir uma pressão sobre os preços de bens de primeira necessidade. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 25 de julho.

Confiança do consumidor vai a pico em 4 anos e meio em julho, diz FGV

A confiança do consumidor no Brasil subiu em julho para o maior patamar em quatro anos e meio, informou nesta terça-feira (25) a FGV (Fundação Getúlio Vargas), principalmente devido à melhora das expectativas sobre o futuro diante de arrefecimento da inflação e otimismo sobre o programa do governo de renegociação de dívidas.

O ICC (Índice de Confiança do Consumidor) da FGV Ibre subiu 2,5 pontos em julho, para 94,8 pontos, pico desde janeiro de 2019 (95,3).

No período, o ISA (Índice de Situação Atual), que mede a percepção do consumidor sobre o momento presente, avançou 1,1 ponto, para 76,8 pontos. O destaque, no entanto, foi o ganho de 3,4 pontos do IE (Índice de Expectativas), que chegou a 107,4 pontos, máxima desde janeiro de 2019 (108,5).

"Os resultados refletem o arrefecimento da inflação, a recuperação da renda do trabalho e as expectativas quanto ao início de programas voltados para a quitação de dívidas", explicou Anna Carolina Gouveia, economista da FGV Ibre.

"Atualmente, o maior obstáculo para a recuperação mais robusta da confiança do consumidor parece ser o cenário de endividamento e inadimplência, agravado pelos juros elevados", ponderou ela.

Por outro lado, como os mais recentes dados de inflação brasileiros têm, num geral, mostrado sinais claros de arrefecimento, há amplas expectativas no mercado financeiro de que o Banco Central começará a cortar a taxa Selic já em sua reunião de agosto. Os juros básicos estão atualmente em 13,75%.

Quanto ao endividamento das famílias, foi lançado em julho o programa Desenrola, com o objetivo de renegociar dívidas e limpar nomes em cadastros de inadimplentes. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o programa completou uma semana de funcionamento com R\$ 500 milhões em dívidas renegociadas e R\$ 2 milhões de registros desnegativados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 25 de julho.

Deflação de junho tem impacto maior na baixa renda, diz Fecomércio/SP

A deflação do mês passado aliviou mais o orçamento das famílias de baixa renda, conforme mostra uma análise feita pela Fecomercio/SP, entidade que representa os setores de comércio e serviços, das variações do custo de vida por classe social na Grande São Paulo.

Enquanto os preços dos produtos consumidos pela classe E tiveram, na média, queda de 0,23%, a deflação na Classe A foi de 0,15%. Isso aconteceu porque a deflação foi puxada pelos itens que têm maior peso nos gastos das famílias de baixa renda, em especial alimentos e bebidas. Já os preços dos serviços, como aluguel, condomínio e passagens aéreas - que são, em geral, despesas de famílias de renda mais alta - subiram em junho.

Quando consideradas todas as classes sociais, o custo de vida na Região Metropolitana de São Paulo recuou 0,09% em junho, conforme índice elaborado pela Fecomercio/SP com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses até junho, o custo de vida na Grande São Paulo mostra alta de 3,26%, com a inflação da classe E, de 2,33%, também subindo menos do que nas classes B e A, de 3,89% e 4,49%, respectivamente.

Conforme o levantamento, houve no mês passado queda média de 0,79% nos preços do varejo. Na direção oposta, com o impacto da alta das passagens aéreas, os preços dos serviços na região subiram 0,63%.

Só no grupo de alimentos e bebidas, os preços caíram, em média, 0,33%, dando a maior contribuição ao desempenho geral, com destaque para as quedas de óleos e gorduras (-6,16%), frutas (-2,73%) e carnes (-1,18%), em decorrência do aumento da produção e da safra recorde deste ano.

A correção nos medicamentos, após meses de grande aumento nos preços, também contribuiu para aliviar o bolso das famílias de renda mais baixa. No grupo de saúde, a deflação em junho foi de 0,47%, incluindo uma queda de 3% nos preços de anti-inflamatórios. No acumulado em 12 meses, porém, os produtos desse grupo ainda mostram inflação de 9,97%, a mais alta entre as nove categorias analisadas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 25 de julho.